

PROFESSORAS NO ENSINO MÉDIO: DIDÁTICA, ABORDAGENS E CONCEPÇÕES

TEACHERS IN THE HIGH SCHOOL: DIDATIC, APPROACHES AND CONCEPTIONS

 <https://orcid.org/0000-0001-6194-8872>, Aline Debossan Velozo^A

 <http://orcid.org/0000-0002-6912-6424>, Ana Lara Casagrande^B

^AUniversidade Federal do Mato Grosso (UFMT) Boa Esperança, MT, Brasil

^BUniversidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Boa Esperança, MT, Brasil

Recebido em: 16 de Abril de 2023 | **Aceito em:** 27 de Dezembro de 2023

Correspondência: Aline Debossan Velozo (alinevelozo.mt@gmail.com)

Resumo

O presente artigo traz resultados da pesquisa de mestrado em Educação acerca das concepções e abordagem do feminismo, por parte das professoras, em uma escola de Ensino Médio localizada em Cuiabá/MT. O objetivo central consiste em analisar os dados provenientes do estudo de caso desenvolvido na Escola Estadual Maria Taquara (nome fictício que preserva a identidade das profissionais e do seu espaço laboral), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Foi realizado, por meio do levantamento bibliográfico, breve histórico do desenvolvimento do ser mulher na sociedade, da escolarização e da profissionalização das mulheres. Constatou-se certa resistência em acessar a equipe docente da escola, bem como certa apatia por parte das professoras, devido à hostilização da temática em âmbito da gestão nacional, com seus desdobramentos, e no escopo de um neoliberalismo sustentado pelo patriarcado. Os dados, então, refletiram o contexto permeado por concepções machistas, contudo, também foi constatado um cenário de bom potencial de abordagem didática da temática do feminismo e suas nuances, pois existe o interesse do público jovem, há professoras dispostas a abordarem o tema em seus componentes curriculares, de maneira direta ou não. Em meio ao protagonismo das mulheres atuando no Ensino Médio na realidade investigada, destaca-se a necessidade da desconstrução do estereótipo da “tia” ou da “professorinha”, bem como a abertura de novos caminhos e fazeres pedagógicos, novas práticas e discursos em consonância com a construção de uma sociedade efetivamente democrática e sem opressão de qualquer natureza.

Palavras-chave: didática; política; ensino médio; feminismo.

Abstract

This article presents results of the master's research in Education on the concepts and approach of feminism, by the teachers, in a high school located in Cuiabá/MT. The main objective was to analyze the data from the case study developed at School Maria Taquara (false name to preserve the identity of the professionals and their workspace), approved by the Research Ethics Committee. A brief history of the development of being a woman in society, schooling and professionalization of women was carried out through a bibliographical survey. There was some resistance to accessing the school's teaching staff, as well as a certain apathy on the part of the teachers, due to the hostility of the theme within



the scope of the national administration, with its consequences, and due to neoliberalism supported by patriarchy. The data, then, reflected the context permeated by sexist conceptions, however, it was also found a scenario of good potential for a didactic approach to the theme of feminism and its nuances, since there is interest from the young public, there are teachers willing to approach the theme in its curricular components, directly or not. In the midst the protagonism of women working in high school in the investigated reality, the need to deconstruct the stereotype of the “aunt” or the “little teacher” stands out, as well as the opening of new paths and pedagogical actions, new practices, and discourses in line with the construction of an effectively democratic society and without any oppression.

Keywords: didactic; policy; high school; feminism.

Introdução

*Quero pedir desculpa a todas as mulheres que descrevi como bonitas antes de dizer inteligentes ou corajosas. Fico triste por ter falado como se algo tão simples como aquilo que nasceu com você, fosse seu maior orgulho, quando seu espírito já despedaçou montanhas. De agora em diante vou dizer coisas como, “você é forte” ou, “você é incrível!”, não porque eu não te ache bonita, mas porque você é muito mais do que isso. **Rupi Kaur.***

As discussões das pautas feministas têm se disseminado, apontando as injustiças de um sistema neoliberal patriarcal, de modo a fomentar que projetos políticos, temas e conteúdos curriculares sejam repensados nesse viés. Contudo, ainda é necessário avançar no debate, pois na nossa realidade encontramos questões que evidenciam a subjugação da mulher nas relações sociais, como na disparidade salarial diante das mesmas funções laborais, julgamento incessante sobre seus corpos e vestimentas, dentre outros aspectos relacionados a sua desvalorização na sociedade brasileira.

Notamos que o neoliberalismo é um sistema normativo que dá suporte para as regras estabelecidas relacionadas à opressão da mulher, o que impacta diretamente na construção de uma efetiva democracia. Segundo Dardot e Laval (2016, p.61), a proporcionalidade da representação é necessária para que “cada indivíduo tenha condições de participar da instauração das regras que assegurarão sua liberdade efetiva”. Para ampliar tal participação, parece fundamental discutir questões como o feminismo na Educação, principalmente com a juventude, como propomos com este texto.

Alguns avanços no trato da questão devem ser considerados. O ano de 2015 marcou os vinte anos da IV Conferência Mundial da Mulher, conhecida como Conferência de Pequim. A partir dela, passou-se a adotar conceito de gênero, conforme indicado por Fontoura, Resende e Querino (2020), considerando a relação das estruturas da sociedade e a necessidade de rever o

embasamento arcaico com vistas a salvaguardar a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

No entanto, estudo do Atlas da Violência 2021, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (CERQUEIRA, 2021), alertam que as mulheres ainda estão à sorte de todo tipo de violência. Dados alarmantes, como os casos de feminicídio, negam o básico às mulheres: o direito à vida. Esse termo pode ser conceituado como o assassinato de uma mulher por sua condição de ser mulher, condição feminina ou identificação com o sexo feminino. Posto isso, acreditamos na necessidade de o tema estar presente no cotidiano escolar, por meio da prática pedagógica, de maneira que esteja no projeto político pedagógico, no currículo e no planejamento docente.

A juventude (caracterização dos estudantes do Ensino Médio) é um público-alvo potencial para a discussão sobre desigualdade de gênero e afins, de maneira que os problemas demonstrados contemporaneamente sejam abordados junto a um trabalho de sensibilização, de respeito às questões de gênero, para que as mulheres ocupem seus lugares de fala, de modo a participarem da ruptura de paradigmas e construção de novos conhecimentos.

Conforme indicado por Libâneo (1994), encontra-se na escolarização um dos requisitos fundamentais para o processo de democratização da sociedade, compreendido como a conquista, pelo conjunto da população, das condições materiais, sociais, políticas e culturais que lhe possibilitem participar na condução das decisões políticas e governamentais.

Tendo isso no horizonte da formação da juventude, o objetivo central deste texto é trazer as contribuições do estudo de caso realizado com as professoras da Escola Estadual Maria Taquara (nome fictício conferido à escola para manutenção do anonimato, que homenageia uma personalidade que se destacou e gerou polêmica para os padrões sociais e comportamentais de sua época no local em que a pesquisa foi realizada), no município de Cuiabá – MT, no ano de 2022, desenvolvido durante a pesquisa de Mestrado em Educação, com apoio financeiro de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que indicará a abordagem e compreensões de professoras do Ensino Médio sobre o feminismo nos componentes curriculares sob sua responsabilidade.

Contextualização sócio-histórica da violência contra a mulher

Acreditamos na urgência de abordar a posição das mulheres na conjuntura social e econômica patriarcal, machista e opressora. Nesse sentido, consideramos de suma importância resgatar o histórico da representação do papel da mulher, com o fito de lastrear e compreender algumas razões das situações das mulheres na contemporaneidade.

Importante sublinhar que mesmo os registros históricos, inclusive oficiais, precisam ser questionados, pois muitos deles trazem a imagem construída a respeito da mulher segundo a visão do colonizador cristão europeu, com valores e costumes estabelecidos como “bons hábitos”, aceitos por Deus, tendo como referência crenças e dogmas da igreja católica (DEL PRIORE, 1997).

Na mesma linha, Fraccaro (2018) faz uma pertinente provocação, ao afirmar que as mulheres são mais “imaginadas que descritas ou contadas”, reforçando a crítica de Del Priore (1997) acerca da construção da imagem da mulher, por meio da visão e das narrativas do homem branco, cristão e conservador.

Dito isso, muitas narrativas sobre a organização indígena e das funções das mulheres foram construídas por meio dessa percepção. Entre esses registros, há destaque para as narrativas no que diz respeito aos rituais acerca da primeira menstruação, ritual de passagem que incluía: o corte dos cabelos, perfurações com osso, restrições alimentares, pintura corporal e colocação de determinados adereços e o controle sobre a “virgindade” (por meio do sinal da virgindade, um fio de algodão branco, que era cortado na ocasião da primeira relação sexual) (DEL PRIORE, 1997). Destacamos também a questão do casamento, cujas regras eram rígidas para as mulheres, sendo a poligamia masculina aceitável e, na maioria das vezes, a união consistia no arranjo entre os homens das famílias (a fim de salvaguardar seus interesses).

Com o avanço da catequização dos indígenas pela Companhia de Jesus foram introduzidos, na cultura dos povos originários, os dogmas da Igreja Católica, concorrendo, assim, para a criação ou o reforço da estrutura patriarcal nas terras colonizadas pela Coroa Portuguesa, marcados historicamente na constituição da sociedade brasileira.

Insta salientar, que a cisão das tarefas cotidianas entre aquelas tipicamente masculinas e femininas gerou um violento confronto cultural com a cultura indígena (STAMATTO, 2002). Essa separação entre o mundo dos homens e o mundo das mulheres, por assim dizer, fez com que, para o público feminino, coubesse às mulheres o cuidado com a catequese e as

lições destinadas ao lar, casamento e orações, como uma forma de controle dos pais e, outrossim, uma preparação para o matrimônio e servidão/submissão ao marido.

Opressão que reverbera, não raro, em violência física. Os dados levantados por Engel (2020) evidenciaram que, entre as mulheres mais jovens, a violência sexual é a de maior ocorrência. Foi observado que 1,2% das entrevistadas sofreram esse tipo de violência dentro de um período de 12 meses antes da entrevista, e 5% afirmaram ter sofrido alguma ofensa sexual.

Percebemos a urgência de mudar essa cultura de violência contra a mulher, sendo a escola um lócus fomentador dessa transformação, uma vez que reúne indivíduos com as mais diferentes histórias e valores e que ainda estão no processo de formação e consolidação de suas ideias, valores, posicionamentos. É na fase da adolescência e transição para a vida adulta que ocorre a elaboração de uma narrativa de vida, momento em que a vasta coleção de memórias autobiográficas passa a configurar-se como uma história sobre como o sujeito se tornou a pessoa que é, e quem ele deseja e pode se tornar (SILVA; DANZA, 2022). Ou seja, em outras palavras, é nessa fase que ocorre a construção de sua identidade narrativa.

Isso apenas se potencializa quando falamos da educação pública, que deve atender a todas/os. Porém, mesmo em diferentes períodos da História da Educação e após diversas propostas de mudanças, sentimos que ainda há que caminhar para uma Educação mais democrática, voltada para a participação social cidadã. O que houve foi a ampliação das concepções neoliberais, que pretendem instituir a competição em todos os âmbitos. No espaço escolar, isso pode ocorrer por meio da instituição de avaliações externas que não se prestam a subsidiar políticas públicas, mas a fortalecer o controle e estabelecer *rankings*.

Como indicam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p.135), há a necessidade de a escola, então, “preocupar-se com o desenvolvimento de competências sociais como relações grupais e intergrupais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidades sociocomunicativas, de iniciativa, liderança, responsabilidade, solução de problemas etc”.

Uma vez que não foram encontradas mudanças significativas na situação das mulheres no período Regencial e no período Imperial, a análise do período do século XIX indica, conforme a análise de Del Priore (1997), uma série de transformações com o processo tardio da industrialização e urbanização no Brasil, por meio da ascensão da burguesia e do surgimento de uma nova mentalidade a ela ligada.

Observamos, conforme D'Incao (1997 apud DEL PRIORE, 1997), um reforço da imagem que se tinha do modelo familiar segundo a ótica burguesa, de um lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido. A perfeição da família margarina, vistas nos comerciais e alimentada culturalmente, com a mulher como centro da gestão doméstica e vinculada ao instinto maternal, como se nota na Figura 1.

Figura 1 – Propaganda como veículo da imagem de família



Fonte: <https://napracinha.com.br/2015/09/cada-um-e-um-nao-siga-as-regras-dos/>

Com essa configuração, foi marcada de forma mais consistente a figura principal do homem (moral e econômica) e as figuras secundárias, da mulher e dos filhos, sendo aqueles que pertencem ao ambiente exclusivamente doméstico, cuja função é agradar ao chefe da família.

Embora não tenha sido objeto de estudo da pesquisa, apontamos a questão da mulher negra nesse cenário, ainda mais precária pelos traços da escravização. Munanga (2012) aborda sua situação de maior desvalorização da mulher, de modo que a mulher negra se encontra no mais baixo patamar de desvalorização e descaso em relação à mulher branca. O que deve ser considerado ao abordar a temática do feminismo, devido ao subsídio para uma compreensão mais aprofundada sobre a existência de feminismos, não como conceito ou movimento unitário.

No período da virada do século XIX para o XX, nas camadas pobres do Brasil foi identificado o pioneirismo das mulheres na luta por autonomia e liberdade, quando podemos averiguar o aflorar de movimentos feministas expressos no contexto brasileiro.

Segundo os estudos de Gonzalez (2020) acerca da realidade brasileira, a maioria da população praticamente não alcançou a situação de força de trabalho relacionada ao capitalismo industrial e competitivo, mesmo com a tentativa de alinhamento da realidade

brasileira com os princípios neoliberais. Desse modo, a participação das mulheres no mercado livre de trabalho tomou tamanha proporção, que passou a ser vista como uma afronta à natureza patriarcal da sociedade. É nessa conjuntura histórico-social que surgem as pautas feministas, do ser mulher, mãe e trabalhadora numa sociedade construída/formatada por e para homens.

Feminismo no plural

Destacamos que essas pautas são amplas e se sua reivindicação se dá por diferentes vieses, por parte de diferentes grupos feministas, assim, não seria possível a definição taxativa de todas as pautas que compõe os diferentes movimentos, ainda que haja uma espinha dorsal de valorização dos direitos das mulheres.

Nessa seara, a “primeira onda” do feminismo, surgida em meados do século XIX, seguindo os focos da agenda feminista dos movimentos nos Estados Unidos e Europa foi demarcada pelas lutas pelo sufrágio feminino, questões relacionadas ao acesso igualitário à educação e o direito ao casamento (FRACCARO, 2018).

A “segunda onda” surgiria na efervescência política da década de 1960, com a pauta do direito ao aborto, questionava os papéis públicos e privados das mulheres (FRACCARO, 2018).

Com base no estudo de Fraccaro (2018), vemos que a “terceira onda” estaria engajada acerca do questionamento das identidades diversas que compunham o feminismo, também acerca das questões subsumidas dentro do movimento como as de classe, raça, o feminismo interseccional, entre outras.

A principal característica da chamada “quarta onda” feminista, conforme Rossi (2021), é a atuação nos meios de comunicação mediados pelas tecnologias digitais, ou seja, o mundo digital possibilitou uma espécie de ativismo em rede, chamado de ciberativismo, que também pode ser estendido à mobilização feminista na internet, o ciberfeminismo.

Ao considerar a emergência das tecnologias digitais e seu papel cultural, vemos que abarcam, especialmente nas redes sociais, a hiperexposição voluntária, conforme indicam Souza, Veiga Simão e Caetano (2014). Assim, o corpo da mulher antes já era exposto, cobrado e vigiado, exposto à perfeição em capas de revistas e manchetes ficaram mais em evidência. Corpos femininos – com a cobrança de um padrão que, na verdade, é de um

contingente pequeno de mulheres, ou seja, da exceção – são alvos ainda do fenômeno do cancelamento, uma espécie de repúdio público, linchamento virtual.

Na Figura 1 apresentamos um organograma que sintetiza a pressão direcionada às mulheres e a pauta comum dos feminismos, no plural.

Figura 2 – Construção da figura feminina no contexto brasileiro



Fonte: Autoria própria.

Nessa direção do histórico de expectativas impostas para as mulheres no seio da sociedade patriarcal e o surgimento de feminismos buscando resistência e ruptura com o instituído, apontamos importantes reflexões, a saber: Qual o sentido pedagógico da discussão sobre feminismos? Enquanto docentes, como podemos abordar esse assunto com nossos alunos, na perspectiva didática?

Caminhando para a função da escola, mostra-se pertinente a provocação de <<manutenção do anonimato>> (2022) de que à escola, por meio do seu corpo docente, essencialmente, compete uma tarefa fundamental de promover discussões, reflexões e requerer o “parar para pensar”, sair de seu lugar estático e repensar as dinâmicas sociais ao longo do tempo. Posto isso, as estratégias para lidar com a discriminação de gênero são fundamentais, sem omissão de nenhuma ordem.

Ensino Médio, Público Jovem e Docência: potencialidade para avançar no trato da temática

As questões relacionadas ao público jovem contemporâneo, o novo perfil da juventude e a sua relação com as ambiências em rede impõem novas demandas ao Ensino Médio, etapa

final da Educação Básica e ao fazer docente. A etapa do Ensino Médio foi submetida recentemente a uma reforma que trouxe alterações no seu mecanismo de funcionamento (Lei nº13.415, de 15 de fevereiro de 2017). A promessa, com a instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e dos itinerários formativos, era a constituição de um currículo mais flexível, com o protagonismo juvenil e que os jovens compusessem seu percurso formativo. No que se chamou de Novo Ensino Médio, os currículos deveriam, conforme a legislação, “considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017, art.3º).

É relevante que se problematize a reforma do Ensino Médio no sentido de promover uma análise aprofundada sobre o que se considera por tornar a etapa mais significativa para os jovens, de maneira que eles estejam envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de retórica ou há um fundamento consistente que subsidie a reestruturação da etapa final da Educação Básica?

Para falar do público jovem contemporâneo, sua relação com a escola, com os amigos e sociedade no geral, não podemos desconsiderar as mudanças geradas pela pandemia do COVID-19, uma vez que as mudanças impostas pelo distanciamento físico alteraram significativamente as formas das pessoas se relacionarem entre si e com o seu meio. Assim, não podemos desconsiderar as mudanças geradas pela pandemia Covid-19 na referida etapa, logo, em parte significativa da juventude que frequentava a escola presencialmente e que sofreu as consequências do distanciamento físico, além de serem forçados a estabelecerem novas relações com as ambiências virtuais. Apesar de o público jovem ser grande usuário dessas ambiências, o impacto para o processo de ensino-aprendizado não foi menor no período pandêmico (<<manutenção do anonimato>>, 2022).

Um acontecimento histórico que ressoa em desigualdades anteriormente existentes, como o fato de os jovens brancos serem os que mais chegam à Educação Superior (GATTI, 2019). O que remete ao acesso diferenciado aos bens sociais e culturais, que resultam em oportunidades desiguais de acesso aos cargos com poder de tomada de decisões, por exemplo.

Nessa vertente, para tratar sobre a juventude é necessário compreender que existe uma representação do que é ser jovem e isso mudará conforme a época, o contexto e até mesmo o seu observador. Esse público jovem diverso está nas ambiências virtuais, muitas vezes

exposto a toda sorte de conteúdos e informações, nem sempre sendo as fontes de informação confiáveis.

Isso se agrava ao pensarmos em situações concretas, como as observadas por meio do Movimento Escola Sem Partido, movimento que surgiu em 2004, através da iniciativa do então procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib. O Movimento se apresentava como uma reação a um suposto fenômeno doutrinação do ensino para fins político ideológicos. Por meio de projeto de lei com intenação política explícita, de cunho político partidário, com justificativas não embasadas que promoviam uma miscelânea entre aprendizagens e neutralidade. A pretensão era a de atribuir à escola uma falsa neutralidade, como se os conteúdos, as aprendizagens consideradas essenciais não fossem um recorte ideológico. Tal projeto é partidário, inclusive, e lamenta o que considera uma suposta crise das instituições e propagandeio do que se chamava de ideologia de gênero. Termo que, para César e Duarte (2017, p. 148), é malicioso, pois visa desmerecer e criminalizar a abordagem do tema na escola, a produção acadêmica e dos movimentos sociais em torno das questões relativas à igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual.

Esse termo foi amplamente evocado pelo Movimento Escola Sem Partido, aproveitando-se do cenário político conturbado para construir narrativas de pânico moral, com viés ultraconservador, buscando no fim a manutenção das mulheres em posição de submissas ou secundárias em relação aos homens.

A literatura acerca da história da educação brasileira destaca que, nas diferentes épocas e mesmo na atual, há um movimento de trazer as mulheres para desempenharem papéis estereotipados, enraizados em outras épocas, restando a elas posições menos prestigiadas socialmente, conforme Gonzales (2020), Fraccaro (2018) e Laranjeira e Teixeira (2008).

O papel secundário destinado à mulher na hierarquia social continuou sendo refletido na Educação, com relação ao acesso às oportunidades, uma vez que a elas cabiam apenas às tarefas domésticas e a remuneração apropriada pela função exercida, por apropriada entendemos similar à recebida por um homem fazendo a mesma coisa. Vale resgatarmos a Lei de 15 de outubro de 1827, Lei Geral, que previa a admissão de meninas nas escolas especificamente destinadas a elas meninas, sendo que elas não poderiam ter acesso a todas as matérias ensinadas aos meninos.

O caso de cursos da Educação Superior em que há quantidade expressiva de homens e outros em que ocorre o contrário pode ser um indício das relações instituídas no âmbito do

patriarcado. Sublinhamos que a maciça presença feminina no curso de Pedagogia, por exemplo, parece, de certo modo, ser a continuidade dos ensinamentos para o lar, do elogio ao instinto materno para lidar com a prole, sendo a formação superior apenas uma extensão de reforço para a conjuntura que reserva espaços específicos para as mulheres no mercado de trabalho.

Um olhar mais crítico, como o trazido por Stamatto (2002), mostra que as funções de direção e supervisão escolar foram conquistadas pelas mulheres apenas em 1910, ainda hoje, com a presença maciça das mulheres nas carreiras do magistério, esses cargos de direção e gestão são ocupados principalmente por homens, restando às mulheres as funções subordinadas.

Reforçando o compromisso da Educação com a democratização da sociedade, segundo Freire (1997), necessariamente contrariará alguns mitos que deformam e impedem que sejam empreendidas reais e significativas mudanças na estrutura da sociedade.

Posto isso, urge a necessidade de abordagem das concepções feministas na sala de aula e a assunção do compromisso político e social inerente à prática docente e à função social da educação. Ou seja, trazer para a escola os temas que fazem parte da vida social, que são objetos de anseios/debates e que se prestam à minorar desigualdades.

Metodologia e dados da pesquisa

A pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de pós-graduação em Educação, Universidade <<Suprimida para manutenção do anonimato>>, intitulada <<Suprimida para manutenção do anonimato>>, utilizou-se de procedimentos metodológicos baseados no estudo de caso, tendo como objeto da análise a atuação das professoras da Escola Estadual Maria Taquara, no município de Cuiabá/MT.

A escolha do método considerou os estudos de Stake (2011) e Yin (2014), visto que a escola se trata de um ambiente de pesquisa que os fenômenos individuais e de grupos precisam ser considerados para a melhor compreensão, existe uma complexa correlação de eventos e influências que necessitam de uma análise mais cuidadosa.

Desse modo, a pesquisa de mestrado desenvolvida na Escola Estadual Maria Taquara se configurou como estudo de caso, por ter esse ambiente complexo e diverso, sendo a maior

escola do município, a qual atende a uma clientela oriunda de mais de 130 bairros da capital e do município da Várzea Grande.

Inicialmente, constatamos o seguinte cenário. Segundo o portal Radar Educação (2022), no ano de 2020, a escola registrou 1.558 alunos matriculados e 54 docentes, sendo que, desses, 35 são do sexo feminino e 19, masculino. Acrescenta-se que, conforme informado pela Coordenadora Pedagógica, hoje, a escola possui 13 turmas, todas na etapa do Ensino Médio, em cada período (manhã, tarde e noite), com uma média de 40 alunos por turma e um total de 538 estudantes no turno matutino, 521 no vespertino e 499 no noturno, não sendo informado o número separado por gênero.

Com isso, a pesquisadora, à luz dos estudos de Yin (2014), recorreu ao estudo de caso, uma vez que diante de tal cenário há pouco controle acerca dos eventos e fenômenos, construindo diversas estratégias para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, respeitando as singularidades do contexto. O percurso metodológico foi assim sintetizado conforme apresentamos no Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas da pesquisa

Estágio I – antecede a ida a campo	Estágio II- em campo	Estágio III – Análise de dados
Pesquisa bibliográfica	Observação: geral e focal.	Definição de metodologia por meio da análise de conteúdo.
Confecção do Questionário on-line e da entrevista individual.	Aplicação do questionário (on-line).	Pré-análise; Exploração do material; Tratamento dos dados obtidos.
Definição dos elementos da observação: prática docente, organização escolar, interesse dos alunos.	Entrevistas: perguntas semiestruturadas, possibilidade de abertura ao diálogo.	Compilação e reflexão, com base no aporte teórico.
Definição do tipo de observação: “revelado”, quando os participantes têm conhecimento da presença do pesquisador.	Registros: Anotações e fotografias (as últimas, não inseridas no formato final).	Escrita dos apontamentos, com base na análise da pesquisadora
Submissão ao CEP e princípio da confidencialidade dos participantes.		

Fonte: Autoria própria.

Doravante, estruturadas as etapas, elaboramos o diagrama para análise de dados, sendo elencadas três categorias: “Emissor”; “Mensagem” e o “Canal”, visando a melhor compreensão dos dados colhidos, considerando as ferramentas utilizadas, especialmente o questionário e a entrevista semiestruturada.

Houve a adesão de 13 professoras para a primeira fase, das quais 6 sinalizaram que não participariam da participar da segunda fase e 7 demonstraram interesse em participar da entrevista. Dessas 7, apenas 2 concederam a entrevista; e 1 professora, que não havia participado da primeira fase, dispôs-se a conceder a entrevista individual.

Contudo, a amostragem mostrou ser rica, pois dentre as professoras que participaram do questionário, havia docentes das áreas de Química; Física; Matemática; Psicopedagoga – Atendimento Especializado Individual (Sala de Recursos); Física e eletiva de Ciências Naturais; Intérprete de Libras; Literatura e Português; Biologia; História e Coordenação Escolar; Matemática e Física (Coordenadora Pedagógica); Psicopedagogia (Apoio); e Matemática (Professora substituta). Proporcionando assim, uma visão ampla, por meio de especialistas em diferentes áreas e anos letivos que atuam no Ensino Médio.

Quadro 2 – Respostas questionário on-line

Concepções e abordagens	Sim	Não	Não Sei Responder
Identifica a necessidade de problematização da presença da mulher como protagonista no processo histórico, político e cultural.	92,3%	6,7%	–
Trabalha a temática feminista no componente curricular que leciona.	30,8%	69,2%	–
Acredita ser pertinente discutir, no Ensino Médio, a racionalidade que impõe uma identidade e papel social para a mulher.	92,3%	6,7%	–
Contempla, em seu plano de ensino, a problematização dos modelos culturais de feminilidade e masculinidade.	53,8%	46,2%	–
Acredita ser função do currículo escolar abordar temáticas relacionadas aos estudos de gênero.	76,9%	15,4%	8,2%
Você acredita que debater formas de dominação sobre os corpos das mulheres auxilia na composição de deslocamentos de posições de sujeito, nova cultura e comportamento.	92,3%	–	6,7%

Fonte: Autoria própria.

Esses dados podem ser interpretados à luz dos estudos de Machado e Gentil (2021), pois a organização da escola resguarda relações com o modo de organização socioeconômica

da sociedade na qual está situada, ou seja, a concepção, prática e contradições encontradas fazem parte daquele ambiente.

Destacamos que não é possível reduzir todo o trabalho realizado pelas professoras a uma prática ou a uma resposta em questionário, ao mesmo tempo em que não podemos desconsiderar o que é explicitado pelas professoras participantes desta pesquisa. Contudo, questões como as apontadas, aliadas ao conjunto subjetivo que docentes trazem para sua prática – como valores, princípios filosóficos, políticos, ideológicos, experiência profissional, qualidade da formação inicial e continuada – concorrem para formar a concepção de educação, sujeito, sociedade e prática pedagógica assumida do planejamento à prática em sala de aula.

Quanto aos dados, chamamos atenção para o fato de se demonstrar um distanciamento “discurso-ação”, pois, das 92,3% (12 professoras) que responderam ser importante o tema (questões II e IV), apenas 30,8% (4 professoras) disseram desenvolver algum trabalho na direção de discuti-lo em sala de aula (questão III).

Buscamos identificar se, oficialmente, o trabalho das professoras era endossado pela abordagem da questão do elemento cultural de gênero, por meio da seguinte questão: “Você contempla, em seu plano de ensino, a problematização dos modelos culturais de feminilidade e masculinidade?”. Um dado curioso foi apurado, pois 53,8% (7 professoras) responderam que sim e 46,2% (6 professoras) responderam que não. No entanto, temos que rememorar respostas anteriores, pois se apresenta um desencontro de informações, uma vez que, se aqui 53,8% (7 professoras) afirmam ter a previsão no plano de ensino, porém, ao levar para a prática, esse número cai para 30,8% (4 professoras); isso indica que parte das docentes trazem temas feministas em seus planos de aula e, em algum momento do processo, desconsideram abordá-los.

Isso permite avançar para o questionamento sobre a questão curricular, extremamente relevante quando falamos em práticas pedagógicas, dado que é o ponto de partida para o que se consideram os conhecimentos basilares. Perguntamos, assim: “Você acredita ser função do currículo escolar abordar temáticas relacionadas aos estudos de gênero?”. Destacamos que 76,9% (10 professoras) responderam que sim, 15,4% (2 professoras) que não, e uma professora afirmou não saber responder. Quando se considera que não é função do currículo, podemos depreender que também não é função da escola abordar tal temática ou qualquer outra que esteja excluída do currículo, pois ele é esse mecanismo que direciona os conteúdos

abordados; tanto que a BNCC é definida como um documento norteador que define as aprendizagens essenciais.

Os primeiros dados relevantes nessa questão, então, são as duas professoras que responderam “não”. Pontuamos que isso mantém a coerência com as primeiras questões, ou seja, podemos inferir que há duas professoras que parecem abertas a lidarem com a temática no âmbito da sua atuação ou mantêm um posicionamento fechado ideologicamente frente aos temas feministas, isso porque afirmam não acreditar que isso deva povoar o currículo. Nesse caso, sugere-se um estudo específico com o aludido grupo, uma pesquisa direcionada para compreender de forma mais profunda quais são os fatores que concorrem para tal posicionamento.

Acerca das docentes que responderam “sim”, ainda esbarramos em uma contradição “teoria-prática” ou “discurso-ação”, pois percebem a relevância do tema, consideram ser importante tê-lo nos documentos oficiais, mas, em algum momento de seu fazer docente, não trabalham com a temática. Podemos levantar algumas hipóteses sobre esse desencontro apontado, como receio por não conhecer profundamente o assunto; receio pelo atual cenário político e social que vivemos; falta de outros projetos direcionados ao tema (interdisciplinaridade); acúmulo de conteúdos que precisam ser lecionados (“dar a matéria toda”); entre outros fatores.

Sublinhamos que essas hipóteses não descartam outras análises, pois, conforme Machado e Gentil (2021), a organização da escola resguarda relações com o modo de organização socioeconômica da sociedade na qual está situada. Desse modo, não podemos reduzir todo o trabalho realizado por elas a uma prática ou a uma resposta em questionário, ao mesmo tempo em que não podemos desconsiderar o que é explicitado pelas professoras participantes desta pesquisa. Contudo, questões como as apontadas, aliadas ao conjunto subjetivo que docentes trazem para sua prática – como valores, princípios filosóficos, políticos, ideológicos, experiência profissional, qualidade da formação inicial e continuada – concorrem para formar a concepção de educação, sujeito, sociedade e prática pedagógica assumida do planejamento à prática em sala de aula.

Sobre a resposta da maioria das professoras, ela faz com que vislumbremos um bom campo de transformação das práticas escolares, pois a abertura necessária ao discurso elas possuem, sendo necessário avançar, dar um passo a mais. A partir do momento em que forem identificados os fatores causadores desse desalinhamento, propostas de formação ou

capacitação podem ser desenvolvidas, de modo a instrumentalizar e encorajar essas profissionais a incorporarem novas práticas em seu fazer profissional.

É importante indicar que a professora que afirmou não saber responder se encontra em uma situação de dúvida, que ainda permite sensibilização e conscientização, pois, embora não soubesse responder à questão, não se fechou atrás de uma resposta negativa, ou seja, pode haver um campo aberto para o diálogo.

Remetemo-nos aos estudos de Frizzo (2008), ao indicar que o trabalho pedagógico e, extensivamente, a formação inicial e continuada, devem partir de problematizações, de situações concretas da sociedade, visando a conscientização dos atores, aqui se sublinham as professoras e os professores e, conseqüentemente, os alunos com quem efetivam prática profissional.

Um das questões trouxe uma visão mais direcionada daquilo que é o aspecto mais sensível do controle do homem sobre a mulher, ou seja, o controle dos corpos femininos. Na questão apresentada, temos: “Você acredita que debater formas de dominação sobre os corpos das mulheres auxilia na composição de deslocamentos de posições de sujeito, nova cultura e comportamento?” O percentual se manteve coerente, pois 92,3% (12 professoras) das respostas foram afirmativas e apenas uma professora respondeu negativamente.

Para finalizar a primeira fase, foi disponibilizado um campo, no formulário, para que as participantes pudessem colocar alguma observação ou sugestão para a pesquisa. Ao todo, obtivemos 7 comentários, dentre os quais destacamos: “O evento do Dia da Mulher na escola traz palestras e apresentações do assunto”; “A escola realizou um evento pelo Dia da Mulher, que trabalhou bastante a temática. Os alunos organizaram apresentações, trouxeram uma mulher com deficiência, duas mulheres do corpo de bombeiros, mães, apresentações de música, teatro e fizeram um painel com desenhos”; “Em temáticas relacionadas à genética, surgem maiores questionamentos sobre feminino x masculino e perguntas sobre questões de gênero”.

Pela análise dos comentários, observamos que algumas docentes trazem uma visão pontual do trabalho, em que um projeto, um momento ou um dia é suficiente para considerar o assunto “abordado”. Essa concepção acompanha o pensamento coletivo, pois os currículos e o *ethos* nas escolas desenham essa prática; assim, de forma análoga, temos o “dia do índio”, “dia da consciência negra”, “dia da mulher”, entre tantos outros.

Uma visão superficial acerca da importância do tema ainda implica na descredibilização da luta feminista real, conforme sublinhado por Hooks (2019), sendo muito preocupantes afirmações desse viés oriundas de professoras, ainda mais ao considerar que estão atuantes e em escolas públicas, lidando diariamente com um perfil de público e que, muitas vezes, é a escola um dos poucos espaços que possuem para tratarem desse tema.

Diante dos dados, identificamos a necessidade de uma soma de esforços para levar para a escola temas que estão além das disciplinas curriculares tradicionais e são tão pertinentes, para que a escola se transforme em um lugar efetivamente plural, de construção de conhecimentos, de emancipação do sujeito.

Diante dos dados e da observação em campo, a escola foi compreendida como um lugar paradoxal, mas conforme Libâneo (1994), é necessário fazer uma reflexão acerca desse lugar paradoxal que a educação ocupa, bem como, os devem assumir o compromisso social pela construção de conhecimento e de cidadãos críticos.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) também apontam para a necessidade de a escola não limitar a sua atuação aos conteúdos técnicos ou conceituais, mas preocupar-se em desenvolver competências sociais em consonância com as demandas de uma sociedade democrática. Nesse sentido, faz-se necessário compreender a cultura brasileira, o feminismo, a questão de classe, raça, o feminismo interseccional, entre outras.

Notamos a necessidade de um trabalho sistematizado no Ensino Médio, que inicie nos cursos de formação docente, para a superação do estigma da “tia”, da naturalização do magistério ser lugar de mulher, como algo menor, subalterno.

Considerações Finais

O contexto político-social pelo qual passamos nos últimos anos demonstram que abordar pautas feministas significa resistir e lutar por uma transformação tão necessária em nossa sociedade. Enquanto educadores, não podemos estar alheios aos temas que circulam nos mais variados espaços sociais, físicos ou virtuais, precisamos assumir um compromisso pedagógico e social, que, conforme trazido por Libâneo (1994), busca superar o tradicional, a reprodução, precisamos ver a potência transformadora que a escola possui.

Abordamos a situação de violência contra a mulher na sociedade brasileira, numa perspectiva histórica e estrutural, frente aos feminismos e a emergência da cultura digital, das

relações estabelecidas em rede. Sublinhamos a importância da interseccionalidade, das peculiaridades dentro do próprio movimento feminista, cujas pautas são complexas, frutos de diversos embates, inclusive dentro dele próprio.

Consideramos o avanço do capitalismo e a precária inserção da mulher no mercado de trabalho dentro de um contexto de superexploração. Diferentes situações de violência contra a mulher que chegaram nas ambiências virtuais na época contemporânea.

Castells (2017) fala sobre a constituição da sociedade em rede. Assim, em meio à cultura digital, inferimos que as relações de poder existentes no virtual são a continuidade das relações de poder no mundo físico, assim toda conjuntura machista foi agravada nas ambiências virtuais pelo alcance que ela proporciona.

Abordar sobre o cyberbullying e os seus impactos, bem como as possíveis formas de intervenções para cessar essa forma de violência fez-se necessário pelas formas de relação e interação que o público jovem tem estabelecido, do mesmo modo, pese-se que essas ambiências e as ações realizadas dentro delas precisam ser precedidas de uma finalidade pedagógica.

Doravante, ao abordar o Ensino Médio, público jovem e docência, pretendemos lançar o foco sob a questão do perfil dos jovens da atualidade e a crítica acerca da permanência de uma visão romantizada daquele jovem das décadas passadas.

Para melhor compreender a função da escola atual, é caro resgatá-la enquanto instituição social, pensada em articulação com a formação docente (inicial e continuada), assim como refletir a respeito da docência em sua profissionalidade.

Acerca da pesquisa de campo, ao investigar a atuação de mulheres professoras do Ensino Médio, com temas e pautas de concepções feministas em suas práticas profissionais cotidianas, constatamos que há um paradoxo de mulheres reproduzirem crenças às quais estiveram historicamente submetidas. Contudo, também notamos um cenário de bom potencial de atuação, devido a necessidade, o interesse dos alunos, a disposição de algumas docentes em abordarem tais temas.

Por fim, destacamos que a temática sinalizada influencia na vida da juventude que está na escola, sendo de suma importância que docentes levantem debates em diferentes oportunidades, ampliando assim a visão de mundo e problematizando modos de superar problemas identificados, no caminho de uma Didática que considera o conhecimento de vida de cada um, respeita e dá voz para diferentes experiências.

Essas considerações implicam diretamente no fazer do professor ao considerarmos que ele está inserido em um determinado contexto de escola/comunidade, com os temas transversais contextualizados, que surgem conforme o contexto social. Marcar a escola como espaço democrático para o debate é se posicionar de modo contrário ao que os grupos conservadores argumentam ser uma forma de doutrinar. Temas como o da opressão por meio do gênero pode ser abordado no sentido de materializar uma prática pedagógica comprometida com o exercício da cidadania, sendo a omissão uma forma de falta de responsabilidade com a sociedade a ser construída.

Não pretendemos esgotar as tratativas sobre uma discussão tão ampla e complexa, mas ensejamos fomentar o debate, que deve prosseguir além deste texto, com a participação das vozes críticas que trazem a necessidade de transformação do ser mulher na sociedade, bem como a abertura de novos caminhos e fazeres pedagógicos, novas práticas e discursos, mais distanciados da névoa conservadora e neoliberal.

Referências

BRASIL. *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017.

CAICEDO-ROA, Mônica; BANDEIRA, Lourdes Maria; CORDEIRO, Ricardo Carlos. Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. *Revista Estudos Feministas [online]*, v. 30, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n383829>. Acesso em: 31 out. 2022.

<<MANUTENÇÃO DO ANONIMATO>>. Título. *Rev.*, demais dados, 2022.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021*. Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: [Ipea - Atlas da Violencia v.2.7 - Atlas da Violência 2021](#). Acesso em: 22 dez. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 9, n. 3 Edição Especial - p. 70 - 91 , dezembro de 2023: " Didática e Formação de Professores no Enfrentamento das Contrarreformas Neoliberais". 10.12957/riae.2023.75049.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

ENGEL, Cíntia Liara. *A Violência Contra A Mulher*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2020. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf. Acesso em: 22/12/2021.

FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. *BEIJIN +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo*. Brasília. Ipea, 2020. Disponível em: [Repositório do Conhecimento do Ipea: Beijing +20 : avanços e desafios no Brasil contemporâneo](#). Acesso em: 27/03/2023.

FRACARRO, Glaucia. *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água, 1997. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Professora-sim-tia-n%C3%A3o-Cartas-a-quem-ousa-ensinar.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2022.

FRIZZO, Giovanni. O trabalho pedagógico como referência para a pesquisa em Educação Física. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 159-167, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fe/article/view/3535>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GONZALEZ, Leila. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. RIOS, L. e LIMA, M. (orgs.). Rio Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

HOOKS, Bell. *Teoria Feminista: da Margem ao Centro*. 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10 ed. São Pulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Ilma Ferreira; GENTIL, Heloísa Salles. Organização do trabalho pedagógico em escolas do campo do estado de Mato Grosso, nos anos de 1980 e 1990. *Educação em Revista [online]*, v. 37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698229231>. Acesso em: 10 nov. 2022. ISSN 1982-6621.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude. Usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ROSSI, Túlio Cunha. Posicionamentos e relações valorativas sobre gêneros e mídias digitais: uma análise sociológica da série|13 Reasons Why. *Pro-Posições [online]*, v. 32, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0042>. Acesso em: 02 fev. 2023.

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 9, n. 3 Edição Especial - p. 70 - 91 , dezembro de 2023: " Didática e Formação de Professores no Enfrentamento das Contrarreformas Neoliberais". 10.12957/riae.2023.75049.

SILVA, Marco Antonio Morgado da; DANZA, Hanna Cebel. Projeto de vida e identidade: articulações e implicações para a educação. *Educação em Revista* [online], v.38, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469835845>
<https://doi.org/10.1590/0102-469835845T>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SOUZA, Sidclay Bezerra; VEIGA SIMÃO, Ana Margarida; CAETANO, Ana Paula. Cyberbullying: percepções acerca do fenômeno e das estratégias de enfrentamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica* [online]. 2014, v. 27, pp. 582-590. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427320>. Acesso em: 16 fev. 2022.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil:1549-1910)*. Disponível em <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso em 13 set. 2022.

STAKE, Robert E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Tradução: Karla Reis; revisão técnica: Nilda Jacks. Porto Alegre: Penso, 2011.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.